

**REDE DE COOPERAÇÃO ACADÊMICA E DE
PESQUISA: EFICIÊNCIA, EFETIVIDADE E
ECONOMICIDADE NAS POLÍTICAS DE
SEGURANÇA PÚBLICA COM UTILIZAÇÃO
DE MONITORAÇÃO ELETRÔNICA E
INTEGRAÇÃO DE BANCOS DE DADOS**

Coordenador(a): Maiquel Ângelo Dezordi Wermuth

Linha: K

COORDENADOR:

Maiquel A. Dezordi Wermuth
Doutor em Direito Público (UNISINOS)
Professor do Curso de Direito da UNIJUÍ
Coordenador do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu
- Mestrado e Doutorado em Direitos Humanos - da UNIJUÍ
Líder do Grupo de Pesquisa Biopolítica & Direitos Humanos (CNPq)
Pesquisador Gaúcho – Edital FAPERGS nº 05/2019
<http://lattes.cnpq.br/0354947255136468>
<http://orcid.org/0000-0002-7365-5601>

REDE DE PESQUISA ENVOLVIDA NO PROJETO:

- UNIVERSIDADE REGIONAL DO NOROESTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – UNIJUÍ
- UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE – UNESC
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ – UFPA
- CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ
- POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

APRESENTAÇÃO

O Projeto PROCAD “REDE DE COOPERAÇÃO ACADÊMICA E PESQUISA: EFICIÊNCIA, EFETIVIDADE E ECONOMICIDADE DE POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA COM UTILIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE MONITORAÇÃO ELETRÔNICA E INTEGRAÇÃO DE BANCOS DE DADOS” visa ao estabelecimento de uma rede de cooperação entre a Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ), a Universidade do Extremo-Sul Catarinense (UNESC) e a Universidade Federal do Pará (UFPA), por meio do desenvolvimento conjunto de práticas de pesquisa e ensino entre os Programas de Pós-Graduação (PPGSS) em Direito das referidas instituições, os quais possuem, como traço comum, a área de concentração em Direitos Humanos, sendo, também, todos eles integrantes da Rede Brasileira de Pesquisa Jurídica em Direitos Humanos, a qual foi fundada em 10 de setembro de 2019, na sede na Capes em Brasília, por programas de Pós-Graduação em Direito representantes de todas as regiões do Brasil (são membros da Rede as seguintes IES: UNESC, UNIRITTER, UNIJUÍ, UFMS, PUC-CAMPINAS, UNIT, UNICAP, CESUPA, UFPA).

A presente proposta também conta com o apoio de instituições ligadas à área da Segurança Pública, nomeadamente:

- a) Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Sul;
- b) Conselho Nacional de Justiça, por meio do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas.

PROBLEMA DE PESQUISA:

Em que medida a interação acadêmica com instituições de Segurança Pública - mediante a formação de recursos humanos de nível superior e a produção de pesquisa qualificada - poderá subsidiar políticas públicas mais eficientes na área de Segurança Pública, com ênfase nas questões que envolvem monitoração de pessoas, integração de bancos de dados e econometria dessas medidas, fomentando a qualificação profissional, a produção científica e a elaboração de projetos conjuntos com vistas ao aprimoramento das referidas áreas de atuação, promovendo ações de cooperação fundadas no respeito ao ordenamento jurídico e aos direitos e garantias individuais e coletivos, bem como na proteção dos direitos humanos, na promoção da cidadania e da dignidade da pessoa humana, sem deixar de atentar aos ODS da Agenda 2030 da ONU?

OBJETIVO GERAL:

O objetivo principal da presente proposta consiste em fortalecer a pesquisa e o ensino voltados à área da Segurança Pública e das Ciências Forenses, contribuindo para a criação e para a consolidação de Linhas de Pesquisa específicas sobre estes temas no âmbito dos PPGSS associados. Nesse sentido, o presente projeto de cooperação acadêmica promoverá uma grande interação e integração técnico-científica entre três programas de Pós-graduação que possuem entre si muitas afinidades, mas diferentes trajetórias e temporalidades de formação/consolidação – destacando-se, a propósito, que o PPGD da UFPA é o mais antigo e consolidado dentre os PPGSS que integram a presente proposta.

Além disso, entende-se que a convergência entre os PPGSS envolvidos nesta proposta não se limita às áreas de concentração, mas também abarca as suas respectivas Linhas de Pesquisa, o que certamente viabilizará o desenvolvimento em conjunto de pesquisas inovadoras e importantes tanto para a região Sul quanto para a região Norte do País no que diz respeito às temáticas que envolvem a Segurança Pública e as Ciências Forenses. Essas pesquisas serão responsáveis, por sua vez, pela capacitação de discentes e docentes dos Programas envolvidos no projeto.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Constituir uma rede de cooperação com o propósito de minimizar o acentuado desequilíbrio regional que ainda perdura na pós-graduação brasileira, desencadeando missões de estudo, docência e pesquisa entre os participantes deste projeto, vinculando as regiões Norte e Sul do Brasil – considerando os resultados já alcançados com a proposição do Mestrado Interinstitucional UNIJUÍ-FIC/UNESC;
- Formar e fixar mestres, doutores e pós-doutores em sistema de cooperação entre a UNIJUÍ, a UNESC e a UFPA, por meio dos seus Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu em Direito, bem como ampliar a produção científico-acadêmica nas linhas de pesquisa contempladas no âmbito deste projeto – considerando-se, também, tratarem-se de PPGSS que possuem área de concentração comum e Linhas de Pesquisa com grande afinidade entre si;
- Consolidar as linhas de pesquisa existentes e fomentar o surgimento de outras linhas de pesquisa na área de Segurança Pública e Ciências Forenses como decorrência da participação do corpo docente no estágio pós-doutoral, nos projetos de pesquisa comuns, na Disciplina comum a ser ofertada e nas missões de pesquisa e formação de profissionais da área;
- Fortalecer os PPGSS envolvidos no presente projeto, por meio da mobilização de docentes/pesquisadores e estudantes de pós-graduação entre os grupos de pesquisa envolvidos, além de propor a implantação do doutorado no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Direito da UNESC.

PILAR DE TRABALHO NÚMERO 1:

- **Apoio à capacitação e a formação de recursos humanos de alto nível para atuar na área de Segurança Pública e Ciências Forenses por meio da concessão de bolsas de estudos e a titulação de discentes:**
- Concessão das bolsas de mestrado, doutorado e pós-doutorado;
- As instituições envolvidas na proposta ofertarão Cursos de Qualificação Profissional e Especialização (Pós-Graduação Lato Sensu) na área de Gestão Prisional, Segurança Pública e Ciências Forenses aos quadros das instituições de Segurança Pública vinculadas à presente proposta – considerando o profícuo espaço de formação viabilizado pela Academia de Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Sul (ACADEPOL);
- Oferta de um curso na área de extensão universitária envolvendo a formação de lideranças comunitárias e sociais na temática dos direitos humanos e políticas públicas (em especial de segurança pública, a partir de um paradigma que tenha por referência a inclusão da sociedade civil, a exemplo dos CONSEGs). O curso terá entre 80 a 120 horas e será ministrado de forma síncrona pelo meio virtual, com vagas oferecidas a lideranças comunitárias e sociais (preferencialmente envolvidas nos CONSEGs e outras experiências da atuação cidadã na área da segurança pública).

PILAR DE TRABALHO NÚMERO 1:

RESULTADOS PARCIAIS OBTIDOS

- **CONCLUSÃO DO PÓS-DOCTORADO DA BOLSISTA JANETE SCHUBERT, ATUALMENTE VINCULADA, COMO DOCENTE, AO INSTITUTO FEDERAL DE RONDÔNIA, CAMPUS VILHENA.**
- **QUALIFICAÇÃO DO PROJETO DE DISSERTAÇÃO DA BOLSISTA MILENA CERESER DA ROSA, EM MARÇO DE 2022, DURANTE A MISSÃ DE ESTUDOS REALIZADA JUNTO À UFPA.**
- **QUALIFICAÇÃO DO PROJETO DE TESE DA BOLSISTA MARIANA CHINI, EM SETEMBRO DE 2022.**
- **OFERTA DE UM CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM SEGURANÇA PÚBLICA E DIREITOS HUMANOS MEDIANTE CONVÊNIO FIRMADO COM A SECRETARIA DE JUSTIÇA E SISTEMAS PENAL E SOCIOEDUCATIVO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (100 VAGAS PARA SERVIDORES DO SISTEMA PENAL E SOCIOEDUCATIVO DO RS).**
- **PROPOSIÇÃO DE UM CURSO DE FORMAÇÃO DE LIDERANÇAS COMUNITÁRIAS, COM ÊNFASE EM SEGURANÇA PÚBLICA, COM PREVISÃO DE INÍCIO EM MARÇO DE 2023.**



FIDENE INSTITUCIONAL CURSOS PESQUISA EXTENSÃO BIBLIOTECA ESTUDE NA UNIJUÍ VESTIBULAR



Unijuí > Cursos > Educação Continuada > MBA e Especialização > **Segurança Pública e Direitos Humanos**

Segurança Pública e Direitos Humanos



TIPO:
Especialização



TÍTULO:
Especialista em Segurança Pública e
Direitos Humanos



CARGA HORÁRIA:
380 horas/aula



[INSCRIÇÃO](#)



EaD



COORDENAÇÃO:
Maiquel Ângelo Dezordi Wermuth
(Doutor)

APRESENTAÇÃO

[ESTRUTURA CURRICULAR](#)

[MANIFESTAR INTERESSE](#)

Unijui > Cursos > Mestrado e Doutorado > Destaques do Mestrado e Doutorado > Direito > **Especialização em Segurança Pública e Direitos Humanos inicia atividades**

Especialização em Segurança Pública e Direitos Humanos inicia atividades

CURSOS

Graduação

Mestrado e Doutorado

Educação Continuada

"Pós-Graduação Lato Sensu em Segurança Pública e Direitos Humanos"

MAIQUEL ÂNGELO DEZORDI WERMUTH

TANIA REICZEGEL

MILENA CERESER DA ROSA

Mais 65 pessoas

UNIJUI

Revista Brasileira de Ciências Criminais

##navigation.backTo##

264 / Dezordi Wermuth et al. / MONITORAÇÃO ELETRÔNICA NO ÂMBITO JURÍDICO-PENAL E OS IMPACTOS NA SAÚDE

[Biblioteca da Submissão](#)

Fluxo de Trabalho

Publicação

Submissão

Avaliação

Edição de Texto

Editoração

Arquivos da Submissão

[Q Buscar](#)

▶	 1554	artigo_monitoracao_pos_doc_RBCCRIM.docx	junho 26, 2022	Texto do Artigo
▶	 1837	4618 - SP - 2 RS - Dr - Dra - Dra - MAIQUEL WERMUTH, JANAÍNA STURZA E JANETE SCHUBERT.docx	julho 19, 2022	Texto do Artigo
▶	 1838	4618 - Relatório Antiplágio - Ok - SP - 2 RS - Dr - Dra - Dra - MAIQUEL WERMUTH, JANAÍNA STURZA E JANETE SCHUBERT.html	julho 19, 2022	Relatório Antiplágio
▶	 1839	4618 - Sem identificação.docx	julho 19, 2022	Texto do Artigo
▶	 1840	4618 - Modelo de Parecer.doc	julho 19, 2022	Modelo de parecer

PILAR DE TRABALHO NÚMERO 2:

- **Estimular a criação e a expansão de disciplinas e linhas de pesquisa de Segurança Pública e Ciências Forenses nos programas de pós-graduação *stricto sensu* que integram a presente proposta e apoiar a criação das referidas disciplinas e linhas de pesquisa em outros programas de pós-graduação *stricto sensu* existentes no país:**
- Da estrutura de Linhas de Pesquisa dos PPGSS envolvidos na presente proposta, é possível perceber que há uma grande convergência de temas discutidos pelos diferentes docentes que integram cada Linha;
- A presente proposta também engloba a criação de uma Disciplina comum no âmbito dos PPGSS para discussão das Políticas de Segurança Pública e Ciências Forenses no Brasil, a qual viabilizará uma maior mobilidade acadêmica docente e discente entre os PPGSS ora associados

FIDENE INSTITUCIONAL CURSOS PESQUISA EXTENSÃO BIBLIOTECA ESTUDE NA UNIJUÍ VESTIBULAR

Unijuí > Cursos > Mestrado e Doutorado > Destaques do Mestrado e Doutorado > Direito > **PPG em Direito inicia Projeto Procad/Capes**

PPG em Direito inicia atividades de disciplina no âmbito de Projeto Procad/Capes



PILAR DE TRABALHO NÚMERO 3:

- **Incrementar e fortalecer a produção acadêmica, científica e técnica sobre questões relacionadas à Segurança Pública e às Ciências Forenses nos PPGSS que integram a presente proposta e em outros PPGSS do país:**
- Estabelecimento de um forte vínculo entre os docentes e discentes das IES associadas no sentido de viabilizar a publicação de livros, artigos científicos e relatórios técnico-científicos sobre temas relacionados à área da Segurança Pública e Ciências Forenses no Brasil – materiais esses que poderão subsidiar políticas de segurança pública nas áreas prioritárias objeto deste Procad;
- Estima-se a produção de aproximadamente 20 (vinte) publicações entre artigos em periódicos, anais de eventos científicos e livros organizados entre os participantes deste projeto, publicações estas que, de livre acesso ao público e às instituições de segurança, poderão subsidiar melhorias nas políticas de segurança pública do país;
- Referidas publicações serão desencadeadas a partir dos projetos de pesquisa a serem realizados conjuntamente pelos PPGSS que integram a presente proposta, os quais poderão ser realizados pela equipe a ser composta por participantes deste PROCAD vinculados às Universidades associadas, bem como por membros do Conselho Nacional de Justiça, da Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Sul e outras IES do país e também internacionais que tenham interesse pela temática.

[WERMUTH, MAIQUEL ÂNGELO DEZORDI](#). Monitoreo electrónico de convictos en Brasil: alternativa al super encarcelamiento. OPINION JURIDICA, v. 21, p. 42-60, 2022.

[WERMUTH, MAIQUEL ÂNGELO DEZORDI](#); CHINI, M. . MONITORAÇÃO ELETRÔNICA DE PESSOAS: CONSIDERAÇÕES SOBRE GENEALOGIA, ATUALIDADE BRASILEIRA E PORVIR. REVISTA DOS TRIBUNAIS (SÃO PAULO. IMPRESSO), v. 1039, p. 275-291, 2022.

[WERMUTH, MAIQUEL ÂNGELO DEZORDI](#); CHINI, M. ; ROSA, M. C. . TECNOLOGIA DE MONITORAÇÃO ELETRÔNICA DE PESSOAS NO BRASIL: ANÁLISE DE (IN)EFETIVAÇÃO DE GARANTIAS FUNDAMENTAIS. Revista do Instituto de Direito Constitucional e Cidadania, v. 6, p. 1-16, 2021.

[WERMUTH, MAIQUEL ANGELO DEZORDI](#); CASTRO, ANDRÉ GIOVANE DE . Direitos humanos e estado de coisas inconstitucional no sistema carcerário: o transconstitucionalismo latino-americano na ADPF nº 347. Revista Brasileira de Políticas Públicas, v. 11, p. 783-801, 2021.

[WERMUTH, MAIQUEL ÂNGELO DEZORDI](#); PRADO, C. F. . THANATUS PEDE PASSAGEM: NECROPOLÍTICA E COVID-19 NO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO. REVISTA DIREITO UFMS, v. 7, p. 126-153, 2021.

[WERMUTH, MAIQUEL ÂNGELO DEZORDI](#); MORI, E. D. . A monitoração eletrônica de pessoas no âmbito penal brasileiro: maximização da liberdade ou reforço do controle?. Revista Latino-americana de Criminologia, v. 1, p. 178-199, 2021.

[WERMUTH, MAIQUEL ANGELO DEZORDI](#); CHINI, M. .
MONITORAÇÃO ELETRÔNICA DE PESSOAS EM ÂMBITO PENAL:
CONSIDERAÇÕES SOBRE O TRANSCURSO DA TECNOLOGIA.
Revista de Direitos Humanos e Desenvolvimento Social, v. 2,
p. e215790, 2021.

[WERMUTH, MAIQUEL ÂNGELO DEZORDI](#); CHINI, M. .
MONITORAÇÃO ELETRÔNICA DE PESSOAS EM ÂMBITO PENAL:
uma análise da exceção ambulatória em corpos femininos e
feminizados. In: Rosane Teresinha Carvalho Porto; Janaína
Machado Sturza; Tânia Regina Silva Reckziegel. (Org.). DIREITOS
HUMANOS E POLÍTICAS PÚBLICAS DE ACESSO À JUSTIÇA EM
TEMPOS DE COVID-19: diálogos multidisciplinares.
1ed.Blumenau-SC: Dom Modesto, 2022, v. 1, p. 155-168.

[WERMUTH, MAIQUEL ÂNGELO DEZORDI](#); MORI, E. D. .
Monitoração eletrônica de pessoas: a experiência do Rio
Grande do Sul. 1. ed. São Paulo - SP: Tirant lo Blanch, 2022.
v. 1. 132p .

[WERMUTH, MAIQUEL ANGELO DEZORDI](#); CHINI, M. .
MONITORAÇÃO ELETRÔNICA DE PESSOAS NO BRASIL:
POLÍTICAS SOCIAIS E A LÓGICA DA PENALIDADE
NEOLIBERAL. In: Rosane Teresinha Carvalho Porto; Janaína
Machado Sturza; Sandra Regina Martin. (Org.). DIREITOS
HUMANOS E POLÍTICAS PÚBLICAS: caminhos e descaminhos
na busca pelos direitos fundamentais sociais (Volume II).
1ed.Blumenau-SC: Dom Modesto, 2022, v. 2, p. 117-130.

[WERMUTH, MAIQUEL ANGELO DEZORDI](#); MORI, E. D. .
MONITORAMENTO ELETRÔNICO NO ÂMBITO PENAL
BRASILEIRO: MAXIMIZAÇÃO DA LIBERDADE VERSUS REFORÇO
DO CONTROLE. In: Janaína Machado Sturza; Rosane Teresinha
Carvalho Porto. (Org.). Políticas públicas de acesso à justiça e
direitos humanos em tempos de COVID-19. 1ed.Santa Cruz do
Sul - RS: Essere nel mondo, 2021, v. 1, p. 100-115.

[WERMUTH, MAIQUEL ANGELO DEZORDI](#); CASTRO, ANDRÉ
GIOVANE DE . Estado judicial de exceção no Brasil:a
indiscernibilidade entre autoritarismo e democracia no direito
processual penal. In: Antonio Eduardo Ramires Santoro; Diogo
Rudge Malan; Flávio Mirza Maduro. (Org.). Desafiando 80 anos
de processo penal autoritário. 1ed.Belo Horizonte; São Paulo:
D´Plácido, 2021, v. 1, p. 457-486.

[WERMUTH, Maiquel Ângelo Dezordi](#); NIELSSON, JOICE
GRACIELE . POLÍTICA CRIMINAL ATUARIAL E NOVAS
TECNOLOGIAS: CONTORNOS BIOPOLÍTICOS DE UM DIREITO
PENAL DA EXCLUSÃO. In: César Augusto R. Nunes; Vital
Moreira; Jónatas Machado; Carla de Marcelino Gomes;
Catarina Gomes; Leopoldo Rocha Soares. (Org.). Temas de
Direitos Humanos do VI CIDHCoimbra 2021.
1ed.Campinas/Jundiaí: Brasílca/Edições Brasil, 2021, v. 1, p.
322-336.

[WERMUTH, MAIQUEL ÂNGELO DEZORDI](#); PRADO, C. F. . SOB
CUSTÓDIA DA MORTE: REFLEXÃO BIOPOLÍTICA DA
BANALIZAÇÃO ESTATAL DA MORTE NO SISTEMA
PENITENCIÁRIO BRASILEIRO. In: Luiz Gustavo Gonçalves
Ribeiro; Maiquel Ângelo Dezordi Wermuth, Thiago Álisson
Cardoso de Jesus. (Org.). DIREITO PENAL, PROCESSO PENAL E
CONSTITUIÇÃO I [Recurso eletrônico on-line].
1ed.Florianópolis: CONPEDI, 2020, v. 1, p. 384-404.

CASTRO, André Giovane de ; [WERMUTH, MAIQUEL ANGELO DEZORDI](#) . Estado de Coisas Inconstitucional: a violação de direitos humanos no sistema carcerário brasileiro. 1. ed. São Paulo - SP: Dialética, 2021. v. 1. 192p .

PILAR DE TRABALHO NÚMERO 4:

- **Promover a mobilidade de docentes e discentes de pós-graduação, assim como a colaboração internacional entre as instituições e equipes envolvidas nos projetos, estimulando o estabelecimento de parcerias entre IES, centros de pesquisa e órgãos de segurança pública, cuja missão seja o desenvolvimento de projetos de pesquisa sobre assuntos relativos à Segurança Pública Ciências Forenses:**
- A criação de uma rede de pesquisa, de projetos de pesquisa, de uma disciplina comum e de Linhas de Pesquisa sobre temas específicos relacionados à Segurança Pública e às Ciências Forenses no âmbito dos PPGSS ora associados viabilizará uma grande mobilidade de docentes e discentes dos Programas. Por sua vez, os cursos a serem oferecidos no âmbito da qualificação profissional e da especialização *lato sensu* aos servidores vinculados aos órgãos de Segurança Pública e à comunidade viabilizarão o fortalecimento de vínculos da academia com estas instituições, em uma profícua relação que viabilizará muitos insumos (recursos humanos melhor qualificados, bancos de dados, relatórios técnicos-científicos, etc) para subsidiar políticas relacionadas ao campo da Segurança Pública no país.
- Realização anual de um Congresso que reúna todos os pesquisadores vinculados ao convênio para socialização das pesquisas em andamentos nos respectivos PPGSS e dos resultados já obtidos, bem como por meio de coorientações em pesquisa em nível de mestrado, doutorado e pós-doutorado e participação em bancas de defesa de trabalhos de conclusão de cursos.



Professores e doutoranda da Unijuí participam de Missão de Estudos em Brasília

CURSOS

Graduação

Mestrado e Doutorado

Educação Continuada





II SEMINÁRIO PROCAD-CAPES: "EFICIÊNCIA, EFETIVIDADE E ECONOMICIDADE NAS POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA COM UTILIZAÇÃO DE MONITORAÇÃO ELETRÔNICA E INTEGRAÇÃO DE BANCOS DE DADOS"

15 de dezembro de 2021

PROGRAMAÇÃO

10h - Abertura

Dr. Fernando Jaime González - Vice-Reitor de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão da UNIJUI

Dr. Maiquel Ângelo Dezordi Wermuth - Coordenador do Projeto

Ms. Tânia Regina Silva Reckziegel - Conselheira do CNJ

10:30h - Paineis: "Eficiência, efetividade e economicidade nas políticas de segurança pública com utilização de monitoração eletrônica e integração de bancos de dados"

Dr. Maiquel Ângelo Dezordi Wermuth (UNIJUI): "Monitoração eletrônica de pessoas no âmbito penal: desafios e possibilidades"

Ms. Mário Augusto Figueiredo de Lacerda Guerreiro (CNJ): "Segurança pública e integração de bancos de dados"

Dra. Rosane Teresinha Carvalho Porto (UNIJUI) e Ms. Tânia Regina Silva Reckziegel (UNIJUI / CNJ): "Monitoração eletrônica e sua interface com o sistema de justiça no enfrentamento a violência doméstica no Brasil"

Dr. Marcus Alan de Melo Gomes (UFPA): "Trabalho nas prisões e ressocialização: entre possibilidades e realidade"

Dra. Joice Graciele Nielsson (UNIJUI): "Proteção de dados no campo da segurança pública"

Dra. Janaina Machado Sturza (UNIJUI): "Monitoração eletrônica e saúde dos usuários"

Dr. Reginaldo de Souza Vieira (UNESC): "As políticas públicas de segurança pública no contexto do estado democrático de direito"

Ms. Mariana Chini (UNIJUI): "Monitoração eletrônica: considerações sobre genealogia, atualidade brasileira e porvir"

Inscrições: <https://forms.gle/CE5v4awH4FfEKdAr7>

Realização:



Apoio: Rede Brasileira de Pesquisa Jurídica em Direitos Humanos



Professores da Unijuí participam de Missão de Estudos Procad/Capes em Belém, no Pará

CURSOS

Graduação

Mestrado e Doutorado

Educação Continuada





III SEMINÁRIO PROCAD-CAPES "EFICIÊNCIA, EFETIVIDADE E ECONOMICIDADE NAS POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA COM UTILIZAÇÃO DE MONITORAÇÃO ELETRÔNICA E INTEGRAÇÃO DE BANCOS DE DADOS"

PROGRAMAÇÃO

14h - Solenidade de abertura

14:30h - Conferências

Profª. Drª. Cristina Zackzeski (UnB) - *"Monitoração eletrônica e inteligência artificial"*

Prof. Dr. Marcus Alan Gomes (UFPA) - *"Poder tecnopunitivo: redução de danos ou expansão do controle?"*

Prof. Dr. Jackson Leal (UNESC) - *"Ultramodernização e mercantilização da violência e da vigilância"*

Drª. Izabella Pimenta (CNJ) - *"Resolução CNJ nº 412/2021: desafios e horizontes na monitoração eletrônica de pessoas"*

Ms. Arthur Corrêa Netto (DP/PA) - *"Aplicação da Monitoração Eletrônica no regime semiaberto de cumprimento de pena na Região Metropolitana de Belém - RMB: uma proposta sob o prisma da Análise Econômica do Direito"*

Data: 17 de março de 2022

Local: PPGD da Universidade Federal do Pará

Inscrições: <https://forms.gle/1ePisNzf4d66Uo299>

Realização:



Apoio: Rede Brasileira de Pesquisa Jurídica em Direitos Humanos

Ir para o conteúdo 1 Ir para o menu 2 Ir para a busca 3 Ir para o rodapé 4

Buscar no portal

Universidade Federal do Pará

 **Instituto de Ciências Jurídicas**

biblioteca digital | CURSO DE APERFEIÇOAMENTO A DISTÂNCIA

E-mail (UFPA) | E-mail (G-Suite) | Contatos

O Instituto

História

Acessibilidade no ICJ

Como Chegar

Documentos / Normas

INSTITUCIONAL

AUDITÓRIOS

PROJETOS DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

ÚLTIMAS NOTÍCIAS

O ICJ RECEBE O PROF. DR. MAIQUEL A. DEZORDI WERMUTH (UNIJUÍ) PARA AULA MAGNA

Acessos: 260

O Instituto de Ciências Jurídicas teve a honra de receber nessa quarta-feira (16), o Prof. Dr. Maiquel A. Dezordi Wermuth, para a mesa de abertura da aula magna do primeiro semestre letivo dos cursos de Mestrado e Doutorado em Direito. O evento realizado pelo Programa de Pós-graduação em Direito da Universidade Federal do Pará teve como título "A monitoração eletrônica de pessoas no âmbito penal e Direitos Humanos: entre a sideração e a consideração". E contou com a participação da direção do ICJ com as Profas. Dras. Valena Jacob Chaves Mesquita e Luanna Tomaz de Souza, esteve presente também o Coordenador do PPGD Prof. Dr. Saulo Monteiro Martinho de Matos e o Vice-Coordenador Prof. Dr. Breno Baía Magalhães.

Maiquel A. Dezordi Wermuth é professor da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul

PILAR DE TRABALHO NÚMERO 5:

- **Promover o desenvolvimento tecnológico e a inovação produtiva nas áreas de Segurança Pública e Ciências Forenses, estimulando a interação da academia com a indústria e dos órgãos de segurança pública com outras instituições governamentais. O referido pilar de trabalho será concretizado por meio de estratégias como:**
- Formulação e implementação de projetos conjuntos de pesquisa de média duração entre os PPGSS associados. Inicialmente, serão desenvolvidos dois projetos de pesquisa, de acordo com os eixos temáticos prioritários deste Procad, os quais irão permear todas as atividades de pesquisa e ensino desenvolvidas em seu âmbito;
- Intensificação do intercâmbio científico no país, por intermédio do envolvimento de equipes acadêmicas das instituições associadas, criando condições para a elevação geral da qualidade do ensino superior e da pós-graduação;
- Realização de missões de estudo anuais entre os PPGSS associados. Pretende-se realizar uma missão de estudos para cada ano de desenvolvimento do projeto
- Realização de missões de docência, pesquisa e estágio pós-doutoral (as quais serão organizadas a partir da criação da Linha de Pesquisa e da Disciplina comum/conjunta nos PPGSS associados).

- Produção de conhecimento acadêmico-científico sobre o tema da Segurança Pública e das Ciências Forenses, com ênfase na utilização de serviços de monitoração eletrônica, integração de bancos de dados e econometria de políticas de segurança pública;
- A produção de conhecimento gerado pela pesquisa impactará na produção de Monografias de Conclusão de Curso, Dissertações de Mestrado e Teses de Doutorado sobre o tema, seja nos Cursos de Graduação em Direito, seja no âmbito dos Programas de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Direito ora associados;
- A proposta ora apresentada também impactará no fortalecimento de grupos e de projetos de pesquisa voltadas para o estudo do tema, na criação de linhas de pesquisa e disciplinas comuns no âmbito dos PPGSS associados, na mobilidade discente e docente, na realização de eventos e publicações científicas – artigos científicos, livros e capítulos de livros, relatórios técnicos, etc – acerca da temática; na construção de subsídios empíricos e teóricos para a investigações em nível de Pós-graduação em Direito e áreas afins;
- A presente proposta proporcionará subsídios para a solidificação de compromissos e vínculos comunitário das IES ora conveniadas, as quais se dispõem, por meio deste projeto, ao desenvolvimento de cursos de qualificação profissional e de especialização *lato sensu* voltadas aos servidores da área da Segurança Pública e das Ciências Forenses, bem como a fomentar a criação de conselhos comunitários relacionados às temáticas centrais do projeto.

- Por tratar-se de um tema praticamente invisível à comunidade, a realização da pesquisa produzirá impactos: no aumento de circulação de informações acerca da temática; na produção e veiculação de notícias em mídias – rádio e televisão – sites e mídias sociais acerca do tema; na intensificação do interesse da comunidade no debate, pautado pelo viés dos direitos humanos;
- Produção de subsídios técnico-científicos capazes de promover reflexões, adequações e, se necessário, alterações nos serviços de segurança pública, atentando-se para as especificidades das diferentes regiões do País congregadas pelas IES ora associadas, fomentando, apoiando e subsidiando uma atuação coordenada, integrada e sistemática dos órgãos de segurança pública e defesa social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em articulação com a sociedade, fundada no respeito ao ordenamento jurídico e aos direitos e garantias individuais e coletivos, bem como na proteção dos direitos humanos, na promoção da cidadania e da dignidade da pessoa humana;
- Contribuir com a discussão e formulação da participação comunitária na área da segurança pública, em especial nas experiências dos conselhos de seguranças, das redes comunitárias de vizinhos, etc. Para tanto, objetiva-se estudar as experiências existentes e contribuir por meio da formação das lideranças comunitárias e e sociais que atuem nestes participativos vinculados a área da segurança pública;

- Investigar a formulação das políticas públicas no âmbito dos legislativos estaduais: neste ponto, procurar-se-á estudar se e como os legislativos estaduais tem debatido e atuado na formulação de legislações que tenham impacto direto ou indireto na área da segurança pública em seus respectivos estados;
- Contribuir na discussão da inclusão das pessoas com deficiência no sistema de segurança e das temáticas raciais e de gênero: neste item, a partir de um recorte que busca romper as barreiras e inclusão das pessoas com deficiência na área da segurança pública (incluindo o sistema penitenciário), buscar-se-á contribuir com o refletir/reordenar as ações voltadas para acessibilidade nos termos no disposto na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, inclusive, no que diz respeito a incorporação das tecnologias digitais. Além, objetiva-se contribuir com a reflexão acerca das questões vinculadas a temática e racial no âmbito da área da segurança pública.

**Seminário sobre alternativas ao desafio da superpopulação carcerária e do
tratamento penal acontece este mês**

Categoria: [Informe Espen](#) | Publicado: quinta-feira, novembro 4, 2021 as 15:51 | [Voltar](#)





PROGRAMAÇÃO

WEBINÁRIO SOBRE A MONITORAÇÃO ELETRÔNICA NO BRASIL

Formato: Evento virtual no canal do YouTube do CNJ

Data: 17 de novembro de 2021

10:40 – 12:00 Painel 2: Talk Show - Desafios e avanços a partir dos resultados apresentados pela pesquisa

- **Maiquel Wermuth** - Coordenador do Programa de Pós-Graduação da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ;
- **Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo** - Professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS;
- **Ilana Kabacznik Luongo Kapah** - Juíza do Tribunal de Justiça do Amapá – TJAP;
- **Danielle Cavalcanti Vieira da Silva** – Servidora do DEPEN;
- *Mediação:* **Janaina Homerin** • Assistente Técnica do programa Fazendo Justiça – PNUD/CNJ.



**VI CONGRESSO
INTERNACIONAL
DE DIREITOS
HUMANOS
DE COIMBRA**
uma visão transdisciplinar

REALIZAÇÃO:

IUS
GENTIUM
CONIMBRIGAE
CENTRO DE DIREITOS
HUMAN RIGHTS CENTRE

INPPDH

www.cidhcoimbra.com

12 A 14 DE OUTUBRO DE 2021
COIMBRA-PORTUGAL

APOIO INSTITUCIONAL

U C

Universidade Presbiteriana
Mackenzie

Estácio

INSTITUTO JURÍDICO
FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

@cidhcoimbra

@cidhcoimbra

contact@cidhcoimbra.com

Simpósio 49

**DIREITOS HUMANOS,
SEGURANÇA PÚBLICA E
NOVAS TECNOLOGIAS**

**Maiquel Ângelo Dezordi
Wermuth e Joice Gracieli
Nielsson**

Edital e mais informações:
www.cidhcoimbra.com

VII CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS DE COIMBRA

UMA VISÃO TRANSDISCIPLINAR

11 A 13 DE OUTUBRO DE 2022

COIMBRA | PORTUGAL

SIMPÓSIO:

DIREITOS HUMANOS, SEGURANÇA PÚBLICA E NOVAS TECNOLOGIAS

Maiquel Ângelo Dezordi Wermuth
Joice Graciele Nielsson

APOIO INSTITUCIONAL:

FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE
COIMBRA



INSTITUTO JURÍDICO
FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE COIMBRA





PROGRAMAÇÃO PROVISÓRIA

1ª ATUALIZAÇÃO REGIONAL EM MONITORAÇÃO ELETRÔNICA

Formato: Evento virtual pela plataforma Teams.

Estados: Nordeste, Centro-oeste e Amazonas.

Período: 13, 14 e 15 de junho de 2022.

Data: 13 de junho de 2022



• **Maiquel Wermuth** - Coordenador do Programa de Pós-Graduação da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ;

• **Mediação: Mario Henrique Ditticio** - Assessor jurídico do Programa Fazendo Justiça - PNUD/CNJ.



PROGRAMAÇÃO

2ª ATUALIZAÇÃO REGIONAL EM MONITORAÇÃO ELETRÔNICA

Formato: Evento virtual pela plataforma Teams.

Estados: Norte, Sudeste e Sul.

Período: 30, 31 e 01 de setembro de 2022 (Turno vespertino).

Data: 30 de agosto de 2022

15:00 – 17:00 Painel 1: Resolução CNJ nº 412/2021 – bases legais e principiológicas da monitoração eletrônica

- **Evaldo Elias Penna Gavazza** – Juiz do Tribunal de Justiça do estado de Minas Gerais;
- **Izabella Lacerda Pimenta** - Especialista em Monitoração Eletrônica do Programa Fazendo Justiça - PNUD/CNJ;
- **Patrick Cacicedo** – Defensor Público do estado de São Paulo;
- **Maiquel Wermuth** - Coordenador do Programa de Pós-Graduação da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ;

A rede de cooperação proposta no âmbito deste projeto contribui para a qualificação do corpo docente dos PPGS envolvidos e consolidará as ações de pesquisa em Segurança Pública e Ciências Forenses, impactando direta e indiretamente no desenvolvimento de políticas criminais relacionadas à temática, diante da interlocução com dois importantes órgãos responsáveis por questões afetas à Segurança Pública e às Ciências Forenses no País – Polícia Civil e Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas do Conselho Nacional de Justiça .

Obrigado!

madwermuth@gmail.com

@procad_redepesquisa